



Comissão de Economia e Obras Públicas

Informação

Projeto de Resolução n.º 1247/XII (4.ª)

– (BE)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 1/7/2015

1. Oito Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução n.º 1247/XII/4.ª (BE), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 4 de fevereiro de 2015, tendo sido admitida a 5 de fevereiro, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas.
3. O Projeto de Resolução n.º 1247/XII/4.ª (BE) foi objeto de discussão na Comissão de Economia e Obras Públicas, na reunião de 1 de julho de 2015.
4. A discussão do Projeto de Resolução n.º 1247/XII/4.ª (BE) ocorreu nos seguintes termos:

A Senhora Deputada Mariana Mortágua notou que o tema não é novo e que é urgente e necessário o investimento nesta Linha de Cascais, que serve os Concelhos de Cascais, Oeiras e Lisboa e 80 mil utentes por dia.

Sublinhou que o comboio é prioritário devido às vantagens para o ambiente, social e a maior mobilidade.

Recordou que o desinvestimento e a realidade recente contrariam esta prioridade, com a redução de horários e das composições, discordando do Presidente da CP, e defendeu um reforço de comboios fora dos “horários de trabalho”, explicando.

Manifestou-se preocupada com a falta de manutenção do material circulante, causadora de alguns acidentes recentes. Concluiu propondo o investimento nesta linha e a não entrega a privados.

O Senhor Deputado Bruno Dias manifestou concordância na aposta do investimento na requalificação da Linha de Cascais e dos transportes ferroviários suburbanos em geral.

Comissão de Economia e Obras Públicas

Referiu-se aos aspetos específicos da Linha de Cascais, atendendo às características próprias: as composições não podem vir do resto do País ou da Península Ibérica, e a voltagem é diferente, o que para solucionar acarretaria diferentes catenárias, tudo um problema técnico por falta de investimento.

Considerou que as hipóteses em ponderação podem ser perigosas para a ferrovia, se tal for com a entrega a grupos económicos, que não farão a renovação do material circulante, a requalificação e o investimento necessário.

Notou que esta linha é das mais antigas e é lucrativa, e recordou a questão do papel das linhas férreas nas cidades e o debate na Câmara de Lisboa, criticando o afastamento das estações ferroviárias do centro da cidade, explicando.

Defendeu o transporte público com vantagens económicas, de segurança e de comodidade para os utilizadores.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo concordou com a reposição dos cortes feitos e quanto aos investimentos citou o programa do PS, referindo a continuação do previsto no PETI, Connecting Europe facilities e das candidaturas ao Plano Juncker – 2014/2020, com efeitos na Economia e no Emprego.

A Senhora Deputada Carina Oliveira analisou diferenciadamente a parte dos cortes e do investimento, e do seu financiamento.

Recordou que no anterior Governo a prioridade da Linha de Cascais também não se concretizou e perspetivou o investimento previsto pelo Governo no PETI e no Plano estratégico de transportes para as opções do investimento público, nomeadamente para esta linha considerada prioritária.

Referiu-se à diferenciação técnica da Linha de Cascais, enunciando as possibilidades de manutenção e reforço difíceis, ou de adaptação às características gerais.

Recordou a audição do Presidente da CP em relação a cortes e reduções, em que não houve prejuízo para os utilizadores, mas adaptabilidade.

Manifestou concordância com transportes públicos, mas sustentáveis, explicando.

Considerou que nestas zonas urbanas as Câmaras municipais também terão uma palavra em relação aos investimentos previstos no PETI.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) reiterou que o transporte público não deve servir apenas as horas de pico, e que mais oferta criará maior utilização do comboio.



Comissão de Economia e Obras Públicas

Quanto à reconversão técnica mais profunda a ser feita não discorda de investimento que seja feito para tal, interrogando-se sobre quem e como o farão, referindo-se, preocupada, ao caso da EMEF para a manutenção, discordando da entrega a uma única empresa privada, em monopólio.

5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 8 de julho de 2015

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Fernando Serrasqueiro)